



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

COMISSÃO DE DIREITOS DOS IDOSOS

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº. 244/2025

Autoria: Ver. Venâncio Cardoso

Ementa: “Modifica-se e acrescenta-se dispositivos à Lei Municipal nº 5.789, de 22 de agosto de 2022, que ‘Institui o Programa Municipal de Alfabetização Digital da Terceira Idade, e dá outras providências’ na forma que especifica.”

Relator: Vereador Zé Filho

Conclusão: Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

PARECER

Em observância ao disposto no art. 78-A, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT, foi distribuído à Comissão de Direitos dos Idosos o Projeto de Lei nº. 244/2025, de autoria do Vereador Venâncio Cardoso, cuja ementa é a seguinte: “Modifica-se e acrescenta-se dispositivos à Lei Municipal nº 5.789, de 22 de agosto de 2022, que ‘Institui o Programa Municipal de Alfabetização Digital da Terceira Idade, e dá outras providências’ na forma que especifica.”

Inicialmente, a matéria proposta fora remetida à Assessoria Jurídica Legislativa, a qual emitiu parecer técnico-jurídico, nos termos do art. 56 da norma regimental.

Após, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final deliberou favoravelmente à tramitação, discussão e votação da matéria proposta, não tendo vislumbrado incompatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio.

É, em síntese, o relatório.

No tocante ao mérito, cabe a esta Comissão, com esteio no art. 78-A do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT tratar da seguinte matéria, conforme se depreende a seguir:

Art. 78-A. Compete à Comissão de Direito dos Idosos:





ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

I - opinar e/ou emitir parecer sobre as proposições e matérias relativas aos idosos;

II - promover a defesa dos idosos;

III - fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos dos idosos;

IV - estudar e propor políticas públicas aptas a proporcionar a melhoria da integração social e da qualidade de vida dos idosos;

V - levantar dados estatísticos que forem referentes aos idosos;

VI - realizar debates e seminários destinados à diagnosticar os problemas enfrentados pelos idosos, bem como, apontar falhas e apresentar soluções aos mesmos;

VII - assegurar o cumprimento das políticas públicas constantes no Estatuto do Idosos e demais legislações vigentes aplicadas à espécie. *(Texto acrescentado pela Resolução Normativa nº 95/2015, publicado no DOM nº 1.777, de 06 de julho de 2015)*

De alta relevância é a proposta, haja vista que objetiva melhorar o texto da lei municipal nº 5789, de 22 de agosto de 2022, que institui o Programa Municipal de Alfabetização Digital da Terceira Idade. Dessa forma, as barreiras que ainda existem para as pessoas de terceira idade no que tange ao acesso à internet serão reduzidas.

Dessa forma, entende-se que as disposições delineadas no texto proposto, indubitavelmente, merecem especial atenção desta edilidade, não havendo óbice a sua normal tramitação nesta augusta Casa Legislativa.

Isto posto, a Comissão de Direitos dos Idosos, aquiescendo com o voto de seu relator, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Direitos dos Idosos, em 28 de outubro de 2025.


Ver. ZÉ FILHO
Relator





ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

“Pelas conclusões” do Relator, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.



Ver. JAMES GUERRA
Vice-Presidente



Ver. CARLOS RIBEIRO
Membro

